



## Uma experiência de formação de juventudes do campo no semiárido de Minas Gerais

Juliana Padula Villar<sup>1</sup>; Leticia Bárbara Lopes<sup>2</sup>, Ivana Cristina Lovo<sup>3</sup>; Claudenir Fávero<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Mestre em Geografia. Bolsista do projeto Formação Agroecológica e Cidadã de Juventudes do Campo do Semiárido de MG CNPq/MDA. NAC/UFVJM. Minas Gerais, Brasil. [julianapadulavillar@gmail.com](mailto:julianapadulavillar@gmail.com); <sup>2</sup>Graduanda em Engenharia Florestal UFVJM. Bolsista do projeto Formação Agroecológica e Cidadã de Juventudes do Campo do Semiárido de MG CNPq/MDA. NAC/UFVJM. Minas Gerais, Brasil. [barbaraleticia2009@gmail.com](mailto:barbaraleticia2009@gmail.com); <sup>3</sup>Professora da Licenciatura em Educação do Campo, UFVJM. NAC/UFVJM. Minas Gerais, Brasil. [iclovo@gmail.com](mailto:iclovo@gmail.com); <sup>4</sup> Professor da Faculdade de Ciências Agrárias e Coordenador do NAC/UFVJM. Minas Gerais, Brasil. [parana@ufvjm.edu.br](mailto:parana@ufvjm.edu.br).

**Resumo:** O objetivo desse artigo é produzir uma reflexão sobre a experiência de formação de juventudes do campo do Projeto Formação Agroecológica e Cidadã de Juventudes do Campo na Região do Semiárido de MG-CNPq/MDA. O projeto, apropriando-se da pedagogia da alternância, visou promover ações que propiciassem a inclusão de jovens rurais do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha nos processos políticos e sociais que ocorrem na região, bem como atuar no desenvolvimento de suas comunidades na construção de melhores condições de permanência no campo. Através do projeto está sendo possível dar vazão ao protagonismo das juventudes do campo.

**Palavras-chaves:** agroecologia; juventudes do campo; processos educativos; território.

### 1. Contexto

O projeto *Formação Agroecológica e Cidadã de Juventudes do Campo na Região do Semiárido de Minas Gerais* tem por objetivo proporcionar a formação-na-ação de jovens que vivem em áreas rurais das regiões do Vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas Gerais, focado na produção de alternativas de bem viver em seus territórios, no fortalecimento da cidadania, emancipação, inclusão socioprodutiva referenciada na Agroecologia e acesso a políticas públicas.

No semiárido do estado de Minas Gerais, que estamos tomando como as regiões Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, entre os anos de 2012 e 2014 foi elaborado o Plano de ações estratégicas para conservação, uso e gestão compartilhada da agrobiodiversidade no semiárido mineiro



como estratégia para adaptação às mudanças climáticas e para a soberania alimentar dos povos e comunidades tradicionais (CORDEIRO et al., 2014). Sua elaboração aconteceu por meio de um processo participativo, envolvendo um conjunto expressivo de organizações e movimentos sociais que compõem a Rede de Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro.

Durante a elaboração desse Plano esteve presente a preocupação com as condições da juventude rural e a promoção de ações que propiciassem a sua inclusão em todos os processos que ocorrem na região, desde as dinâmicas socioproductivas e de geração de renda à participação nos espaços organizativos e políticos, no sentido de propiciar condições para que os mesmos permaneçam no campo e contribuam para a busca de opções mais sustentáveis de vida em seus territórios.

No mesmo sentido, a Secretaria Nacional da Juventude, da Secretaria Geral da Presidência da República (SNJ/SGPR), juntamente com a Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), atendendo a uma reivindicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) impulsionou a realização de experiências piloto de formação de juventudes do campo nas diferentes regiões brasileiras. Na Região Sudeste, foi convidado o Núcleo de Estudos em Agroecologia e Campesinato da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (NAC/UFVJM).

Após reflexões e debates no âmbito do Fórum de Movimentos Sociais do Vale do Jequitinhonha, do Fórum de Movimentos Sociais do Norte de Minas e da Rede de Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro sobre a pertinência de se aceitar o convite, o NAC em parceria com o Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEC) da UFVJM, apresentou o projeto que foi aprovado e, então, financiado pelo MDA com repasses diretos e via Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Assim sendo, o projeto é executado pelo NAC, associado ao curso de graduação em Licenciatura em Educação do Campo (LEC/UFVJM) em articulação com as organizações cujos representantes compõem o Colegiado do curso, são elas: CODECEX – Comissão em Defesa dos Direitos das Comunidades Extrativistas Apanhadoras de Flores Sempre-viva (Diamantina); PROCAJ – Projeto Caminhando Juntos (Diamantina); Cáritas de Almenara, Cáritas de Araçuaí (Vale do



Jequitinhonha) e Cáritas de Januária (Norte de Minas); FETAEMG- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais; CAA – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas; AMEFA- Associação Mineira das Escolas Família Agrícola; CAV- Centro de Agricultura Vicente Nica (Turmalina).

No tecer desta rede, a construção da programação do curso foi dialogada com os parceiros elaborando uma proposta geral dos quatro módulos presenciais. A partir desse processo a equipe do projeto realizou o detalhamento das sessões dos módulos. A cada etapa, a metodologia foi rediscutida em reuniões do Colegiado, revisada quando necessário e também adequada de acordo com sugestões dos jovens, recolhidas nas avaliações realizadas ao final de cada módulo. Para cada encontro foi produzida uma cartilha como material de apoio para acompanhamento dos conteúdos ministrados e também para subsidiar as atividades junto aos jovens de base. A carga horária total do curso é de 360 horas, subdivididas em 180 de Tempo Escola (quatro módulos presenciais de 45 horas) e 180 de tempo comunidade, (120 de dedicação a acompanhar e contribuir com a formação de outros jovens e 60 horas dedicadas a atividades junto às famílias).

Os quatro módulos presenciais realizados percorreram as regiões de raiz dos jovens: o primeiro módulo aconteceu na Serra do Espinhaço em Diamantina; o segundo em Araçuaí no Médio Vale do Jequitinhonha; o terceiro em Montes Claros, Norte de Minas e o quarto no município de São Francisco, na Baixada São-franciscana, possibilitando a vivência em territórios diversos.

Os temas discutidos nos quatro módulos perpassaram por três eixos centrais: *Agroecologia, Território e Economia Popular Solidária*, acontecendo transversalmente a esses eixos discussões acerca da Geração, Relações Étnico-raciais e de Gênero e Comunicação. Tivemos como orientador deste processo de formação o enfoque agroecológico. Este tem por base a abordagem sistêmica e o agroecossistema como unidade de análise, propondo a integração das diversas áreas do conhecimento na construção do entendimento dos processos de desenvolvimento rural no sentido da ressignificação dos sistemas técnico-produtivos agrícolas “com a transição dos modelos convencionais de agricultura e de desenvolvimento rural para estilos de agricultura e de desenvolvimento rural sustentáveis” (ABA, 2004, p. 1).



Incorporamos os pressupostos da Agroecologia à matriz de pensamento popular latino-americano, como trabalhado por Guzmán e Molina (2005), que reafirmam a existência do campesinato enquanto sujeito histórico que resiste na mobilização de seus conhecimentos dentro dos modos de produção no qual se reproduzem. Para estes autores:

[...] o campesinato é mais que uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia... (GUZMÁN e MOLINA, 2005, p. 76).

Essa “forma de manejar os recursos naturais” compreende-se na diversidade de estratégias de reprodução socioeconômica e cultural que delinea os diferentes territórios camponeses. Assim, o território foi aliado como eixo de formação das juventudes para fundamentar as compreensões sobre relações de poder e de apropriação com os territórios desde seus lugares, passando pelo conhecimento das dinâmicas nos agroecossistemas até o entendimento da luta pela terra e pelo acesso aos direitos pelos povos e comunidades tradicionais.

Na perspectiva de fortalecimento das comunidades e dos territórios, a Economia Popular Solidária como abordagem que, segundo Acosta (2016) já é alicerce concreto na produção do bem viver, dentro da matriz do capitalismo, também se articula como eixo da formação no apoio às organizações sociais para geração de trabalho e renda e possibilidade de permanência no campo com dignidade.

Nesse sentido e contexto pretende-se aqui descrever e analisar o desenvolver dos módulos do curso buscando analisá-la sob a ótica dos processos educativos em agroecologia junto às juventudes do campo do semiárido mineiro.

## **2. Primeiras reflexões sobre a experiência**

A construção desse Curso teve como referência os princípios da Pedagogia da Alternância adotada há décadas, no Brasil, pelos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs) e,



mais recentemente, pelos cursos de Ensino Superior de Licenciatura em Educação do Campo. Segundo esta pedagogia, a formação dos estudantes se dá em dois tempos que se alternam e se conectam continuamente: o Tempo Escola (TE) e o Tempo Comunidade (TC). No TE, na presença de educadores/monitores, são trabalhados conteúdos teóricos e práticos guiados por temas geradores. No TC o educando realiza atividades contextualizadas à sua realidade. A formação é adaptada às condições da juventude do campo, que precisa manter suas atividades nas unidades de produção e vida e, ao mesmo tempo, ampliar sua formação.

Nesse sentido, as atividades para o TE foram estruturadas à semelhança da metodologia *Ver – Refletir – Agir*, compreendidos na sua relação indissociável, em que: *Ver*: são momentos de compartilhar saberes e aprendizados e as atividades realizadas no TC; *Refletir*: aulas teóricas e práticas, oficinas, seminários, visitas, intervenções - momento de analisar, interpretar os diversos saberes, abstrair, organizar, sistematizar, sintetizar; *Agir*: momento de planejar e organizar a ação que será desenvolvida no próximo TC. O TC foi o período onde se realizou vivências e experiências socioprodutivas, bem como as atividades planejadas no TE. Portanto, a metodologia dos módulos presenciais, de duração de cinco dias, sempre incluiu o retorno das atividades do TC no primeiro dia, a formação teórica e prática, com a assessoria de parceiros e convidados e a vivência em pelo menos duas comunidades rurais. No último dia eram realizadas as orientações para o próximo TC e a avaliação do módulo pelos jovens.

Para participar do Curso, foram selecionados sessenta jovens formadores e negociada a distribuição das vagas entre as instituições parceiras. Escolhidos os jovens formadores, sua primeira atividade foi a constituição do grupo de jovens de base em sua comunidade, porque os jovens formadores são multiplicadores do conhecimento, das discussões, das atividades e temáticas abordadas no decorrer dos módulos presenciais – e outras que demandem - com os jovens de sua comunidade, o grupo de base. A proposta é de que ao final do curso os jovens formadores tivessem condições de planejar, elaborar e executar coletivamente um projeto sócio produtivo ou um plano de ação comunitário, que se caracteriza por uma intervenção positiva em sua realidade.



Embora sejam de comunidades diferentes, esses jovens enfrentam realidades semelhantes no que tange à permanência no campo brasileiro, especialmente nessa região do semiárido mineiro. Vivenciam com agudez a contradição do espaço rural no país, ou seja, a manutenção do latifúndio e a expansão dos grandes projetos, especialmente aqueles ligados à produção de energia hidrelétrica, à mineração e ao plantio do eucalipto. Assim, há uma perspectiva que aposta nesta juventude do campo para assumir e dar continuidade às lutas perante a estes desafios históricos.

Esse contexto desafiador vem gerando reflexões sobre a juventude do campo. Pautamo-nos nas ideias sintetizadas por Dayrell (2003) que, mesmo partindo de estudos sobre a realidade de jovens urbanos que se relacionam com o mundo do trabalho e da arte, nos faz perceber a juventude como um processo de constituição de sujeitos sociais. Dessa forma, ele nos provoca a “lidar com o jovem como sujeito, capaz de refletir, de ter suas próprias posições e ações, é uma aprendizagem que exige um esforço de auto-reflexão, distanciamento e autocrítica” (DAYRELL, 2003, p. 44).

Assim, esse entendimento nos estimula a perceber *as juventudes*, no plural, pela diversidade de possibilidades e modos de ser jovem, sem perder de vista as especificidades que perpassam as histórias individuais. Apesar de este ser um momento da vida, não se trata somente de uma fase de passagem para o mundo adulto, vai além; esse momento é influenciado pelos tipos de trocas e perspectivas que são apresentadas pelo meio social (DAYRELL, 2003).

Desse modo, estamos falando de juventudes do campo como uma categoria social específica que se constitui em relação ao trabalho familiar agrícola. No entanto, a sua capacidade plena de trabalho não se configura como a emancipação ou autonomia perante a família e nem oferece o reconhecimento enquanto agricultor – uma vez que é o domínio sobre o saber fazer na agricultura que oferece esse reconhecimento e não a idade do indivíduo. “O fundamental nesse processo é reconhecer que – através das práticas cotidianas do trabalho familiar se realizam a formação e a capacitação dos jovens para se tornarem agricultores” (WEISHMEIMER, 2015, p. 38).

Nesse sentido, a formação em dois tempos distintos é integrada e complementar. Pois se reconhece que a formação principal para a agricultura se dá no cotidiano das atividades junto à família, mas que é estratégica a capacitação técnica com base no enfoque agroecológico visando alcançar êxito



nos processos socioprodutivos e fortalecer o poder de atuação das juventudes junto aos territórios para a manutenção e/ou retomada dos mesmos, aspectos esses que apoiam a sua busca pela autonomia.

Portanto, sendo impossível compreender os sujeitos fora de seus contextos, no Primeiro Módulo do curso de formação presencial que aconteceu em Diamantina, em maio de 2015, a primeira atividade orientada para o TC foi elaboração da Cartografia Social da comunidade de origem. A concepção de cartografia da Cartografia Social dá mais ênfase ao mapeamento através do uso de uma linguagem gráfica, fazendo valer a definição de mapa como “representação gráfica que facilita a compreensão espacial de coisas, conceitos, condições ou acontecimentos no mundo humano” (HARLEY E WOODWARD, 1987 apud SEEMANN, 2003, p. 50).

Dado que o conhecimento geográfico é um conhecimento estratégico para a ação, essa atividade foi pensada para que as juventudes começassem a olhar criticamente para sua história de resistência de modo a fazer frente às formas de domínio que fragmentam as suas lutas e que impedem a construção de diálogos entre grupos que enfrentam dificuldades comuns.

Assim, no Segundo Módulo, que aconteceu em Araçuaí em novembro de 2015, os jovens socializaram as cartografias produzidas coletivamente e as informações sobre suas comunidades - as infraestruturas, as formas de uso e ocupação do solo, os tipos de produção, os trabalhos desenvolvidos nas comunidades, as organizações sociais, as questões socioambientais, os conflitos, dentre outros elementos.

Apesar de possuírem uma enorme diversidade no que tange a seus micro processos históricos e de constituição de identidades, os jovens, a partir de seus relatos e dos relatos dos jovens de base, concluíram que o que liga essas comunidades, do alto da serra do Jequitinhonha até o mais extremo oeste do Norte de Minas são as ameaças e impactos dos grandes projetos, constituídos sobre grandes latifúndios, sejam de monocultura de eucalipto, de mineração e/ou de formação de reservas ambientais. Além disso, a macro história de gênese desse povo, com suas lutas pela manutenção de seus territórios, também foram identificadas como um aspecto que os unifica. Os antepassados, em maioria, negros e indígenas, deixaram viva em seus descendentes a luta pelos seus lugares de vida.



Nesse contexto a Cartografia Social foi uma ferramenta estratégica na facilitação do desenvolvimento da noção de território junto aos jovens. Na medida em que a juventude desenhou sua comunidade e identificou seus elementos, perceberam-se como agentes em defesa de seus espaços de vida e de história, com ameaças comuns identificadas. Percebemos que o isolamento foi rompido, possibilitando que o sentido de pertencimento que esses jovens já traziam ilustrado em falas como “lá na minha comunidade...” ou “Na minha comunidade isso é diferente!” fosse possibilitando o entendimento da noção de território.

O território pode ser considerado como construtor de identidades, formado por valores não somente materiais, mas também espirituais e simbólicos sobre a perspectiva que destaca a relação entre espaço e cultura ou um substrato, um recurso ou meio material para a existência de um grupo, em uma análise que parte da relação entre território e natureza. Sempre envolvendo relações de poder que podem ser caracterizadas pela dominação, quando relacionado ao poder político ou à apropriação do espaço, num sentido mais simbólico (HAESBAERT, 2002).

Nesse sentido, para aprofundar a reflexão sobre a produção dos territórios, foi proposta como atividade para o TC a elaboração da FOFA. A palavra FOFA é uma abreviatura das palavras Fraquezas, Oportunidades, Fortalezas e Ameaças. Assim, na elaboração da FOFA os jovens deveriam identificar as Fraquezas e Fortalezas da realidade interna e as Oportunidades e Ameaças da realidade externa, fazendo uma análise e indicando proposições de como aproveitar ao máximo as fortalezas e oportunidades e diminuir ou mudar completamente as fraquezas e ameaças.

A socialização dos cenários da FOFA aconteceu no Terceiro Módulo, que ocorreu em Montes Claros em março de 2016, através da metodologia das Instalações Artístico-pedagógicas (IPs). Através das IPs foram identificados importantes pontos a respeito das fortalezas construídas em base comunitária. A identificação das fortalezas fez perceber potencialidades do meio rural que muitas vezes passam despercebidas pelos próprios habitantes. Os jovens demonstraram envolvimento com a vida na comunidade ao identificar tais elementos: Feiras e hortas, Plantas Nativas, Agroextrativismo, Caça e Pesca, Organizações e Entidades de Apoio, Cultura Popular, Wifi.



Ressaltadas as potencialidades, as instalações expressaram diferentes problemas e também possuíram caráter de denúncia das ameaças sofridas pelas comunidades rurais. Dentre elementos presentes nas instalações podemos destacar: êxodo dos jovens para a cidade (em contrapartida também foi ressaltado o retorno para o campo e a vontade de ficar, marcando a constante transformação das dinâmicas que envolvem a migração campo-cidade); a escassez de água; carência de infraestrutura, como estradas, postos de saúde, praças e opções de lazer no meio rural; desmatamento e monocultura do eucalipto atrelado à cobiça de grandes empresas sobre os territórios das comunidades tradicionais; a chegada das drogas e a pressão pelo uso de agrotóxico.

O que salta as vistas é que as fortalezas e oportunidades estão relacionadas às práticas de resistência que ainda não foram totalmente absorvidas pelo capitalismo e aos atores e organizações sociais que apoiam a sua manutenção e ressignificação. Por outro lado, as fraquezas e ameaças emergem da lógica de ocupação dos territórios que tem por base as tradicionais ideias de progresso de viés produtivista e crença no crescimento material infinito; e de desenvolvimento, econômico e mecanicista que compreende o sistema capitalista (ACOSTA, 2016).

Diante desses contextos, ainda nesse terceiro momento de curso presencial, iniciamos a orientação para planejar as intervenções nas realidades. Para isso, foi proposta a construção de um Plano de Ação Comunitário por cada jovem junto ao seu Grupo de Base, utilizando a metodologia de planejamento *Dragon Dreaming*, um sistema integrado para a construção de projetos de maneira coletiva vinculado ao projeto Cidades Sustentáveis, da Educação Gaia. O *Dragon Dreaming* trabalha com quatro aspectos da construção de projetos, quais sejam: sonhar, planejar, realizar e celebrar. Esses aspectos, entendidos como totalidade no processo de elaboração coletiva de um projeto, articulam-se enquanto etapas.

Assim, foi proposto que os jovens, através dessa metodologia, mas não se mantendo presos a ela, elessem junto com o grupo um sonho em comum para ser viabilizado na forma de um Plano de Ação Comunitário. Além disso, foi proposto que conseguissem avançar na discussão do sonho, construíssem os objetivos do projeto, bem como as atividades e distribuição das tarefas.



O Quarto Módulo presencial, que aconteceu em junho de 2016 em São Francisco, foi o último encontro desse curso de formação. Nele, os jovens socializaram os Sonhos que decidiram trabalhar na sua comunidade. Dentre esses sonhos, predominaram as hortas comunitárias/agroecológicas e a recuperação das áreas degradadas no entorno das nascentes. Além destas, propostas de construção e reativação de agroindústrias de beneficiamento de frutas, biscoitos e casa de mel; construção de Telecentro rural, cinema, espaço cultural comunitário e até ocupação de uma área improdutiva para a constituição de uma comunidade de jovens.

Observamos que a possibilidade de sonhar dos e das jovens perpassa pela valorização do protagonismo juvenil, que vem sendo construído durante as atividades presenciais e se fortalecendo nos trabalhos que envolvem os membros das comunidades nas quais vivem. Assim, enraizados com o território e fortalecido o desejo dele pertencer, identificados e problematizados seus principais aspectos, temos um caldo de ideias que frutificou o sonho destas juventudes.

O momento em que essa experiência se encontra é a escrita do projeto pelos jovens e para isso, no quarto encontro estudamos e discutimos os passos básicos para a elaboração de projetos. O objetivo é que eles possam vivenciar o processo de elaboração participativa de projetos e/ou de organização de ações coletivas na comunidade. O desafio que se coloca agora para a equipe e para as instituições parceiras é apoiar tanto a escrita quanto à construção de condições para a realização, senão de todos, ao menos de alguns desses sonhos coletivos dessas juventudes de luta do campo semiárido mineiro.

Essa experiência nos mostrou como pensar a formação de juventudes do campo na perspectiva da educação em Agroecologia é um grande desafio. Estamos tratando de uma categoria – juventudes, e ainda, juventudes do campo – que se encontra em construção na medida em que se produzem reflexões sobre espaços de formação nos quais estão envolvidos estes sujeitos e em relação ao acesso às políticas públicas, como é o caso em questão (LEÃO E ANTUNES-ROCHA, 2015).

Está claro que no campo também existem juventudes, como ressaltado na fala de uma liderança, a diversidade de juventudes camponesas - assentadas, quilombolas, indígenas que possuem suas especificidades. Fica o desafio de perceber os jovens em articulação com seus territórios, e desde suas vontades, opções de vida, cultura, orientações sexuais, sendo estas questões que se mostram ainda



difíceis de adentrar devido à tradicional estrutura que permeia as relações sociais no rural, acrescido do acesso mais restrito à informação quando comparados às condições de ambientes mais urbanizados.

Nesse contexto, buscamos propor formas de aprendizagem diferentes das que os jovens experimentam muitas vezes em espaços educativos tradicionais. Destaca-se o uso das metodologias participativas, principalmente aquelas que estimularam o trabalho coletivo e o fazer artístico. Observou-se que o potencial de participação e a qualidade dos debates se acentuavam no decorrer destas atividades, uma vez que através da linguagem artística – teatro, poesia, música, desenho - os jovens conseguiam se articular e expressar suas ideias com mais ênfase, superando a timidez e outras dificuldades de comunicação, como falar em público e se posicionar diante das situações postas.

Essa resposta do grupo corrobora com uma das características das juventudes destacadas por Weishmeimer (2015) que é “a criatividade e a capacidade de inovação própria do contato original das novas gerações com a cultura preestabelecida” (WEISHMEIMER, 2015, p.34). Assim, devemos estar preparados para compreender que as lutas travadas pelas juventudes do campo representam a continuidade do acúmulo histórico de resistência das populações rurais e isto deve ser marcado, mas essa geração avança na inovação da sua expressão e isso é espelho em seu processo de aprendizagem que não acolhe, ou acolhe pouco, as tradicionais metodologias.

Outro aspecto a ser destacado é o fato de que em alguns espaços as discussões atravessaram situações de opressão que as juventudes vivenciam nas comunidades, principalmente aquelas relacionadas às opressões de gênero. Se a princípio os jovens se demonstravam arredios ao debate, em um segundo momento expuseram a sua realidade, questões sérias ligadas à saúde e à vida no meio rural. Dentre essas questões, observamos que a vida difícil no campo, por conta da dificuldade de acesso a bens e serviços geralmente mais acessíveis no urbano, por vezes encontra na alteração da consciência uma alternativa para lidar com a realidade. A medicalização é uma prática forte no meio rural, e, assim como o uso do álcool, o remédio serve como paliativo no enfrentamento às frustrações, vulnerabilidades e aviltamentos sofridos pelas populações camponesas.

Assim, é possível inferir que a ausência de espaços para essas juventudes compartilharem de suas experiências e seus desafios emocionais, a pouca abertura para o diálogo na família e na escola é



um fato que deve ser observado e tratado com cuidado nos processos de formação. Discursamos sobre a superação da lógica produtivista, mas ao propor a formação de juventudes priorizamos os conteúdos de produção e geração de renda. É hora de dialogar sobre os valores que perpassam o cotidiano da vida em família e em comunidade no mundo rural. Como fortalecer os espaços de diálogo com as juventudes do campo para identificar o que restringe seu ser e estar no mundo?

Nesse contexto, apesar da dificuldade da equipe do projeto adentrar essas questões, os encontros proporcionaram que entre os próprios jovens o diálogo fosse fortalecido e criou-se um ambiente de solidariedade, partilha e ajuda mútua, fazendo com que das diferenças do grupo que poderiam ter sido uma barreira a princípio, emergisse um grande potencial transformador. Encontram-se assim, em constante comunicação entre si, apropriados das ferramentas de internet. Uma rede de juventudes do semiárido mineiro se desenha e se fortalece para a construção das ações e lutas próximas.

Destacamos que os jovens possuem grande potencial para fomentar ações de resistência aos grandes projetos e de fortalecimentos de seus territórios dirigidas por eles mesmos junto aos seus coletivos de base. O principal limite para alcançar esse objetivo está na capacidade de articulação dos jovens e de fazer valer seus desejos em torno do conjunto de atores que se articulam desde seus respectivos territórios. Para superar essa limitação, as organizações populares parceiras e a equipe do projeto são a potencialidade existente capaz de maximizar os resultados desse trabalho.

### **3. Considerações finais**

Com entendimento do jovem como sujeito de transformações no seu contexto, para atuar em outras esferas da vida em sociedade, este processo formativo vem gerando projetos e planos de ação inovadores de impacto positivo junto às comunidades porque oportuniza que as juventudes possam refletir e trocar sobre o próprio contexto da vida no campo e de como buscar formas dignas de garanti-la.



Nosso papel foi apoiar a realização destas transformações, centralizando os sujeitos e instigando a sonhar e protagonizar esse processo. O que a juventude vem demonstrando é que a sua potência transformadora está rompendo com as estruturas que lhes são colocadas como alternativas.

A inovação é uma característica da resistência e uma marca do campesinato que deve ser potencializada nos processos de formação de juventudes. Estas juventudes estão se recriando, em um turbilhão em constante transformação. E estão afirmando que não querem só comida, querem alimento saudável, querem trabalho e vida digna no campo, querem diversão e querem muita arte. Traga a bandeira de luta!

## Referências

ABA. *Estatuto da Associação Brasileira de Agroecologia*. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://aba-agroecologia.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/06/Estatuto-ABA.pdf>> Acesso em agosto de 2016.

ACOSTA, A. *O bem viver. Uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante. 2016.

CORDEIRO, A; et al. *Plano de ações estratégicas para conservação, uso e gestão compartilhada da agrobiodiversidade no semiárido mineiro como estratégia para adaptação às mudanças climáticas e para a soberania alimentar dos povos e comunidades tradicionais*. Montes Claros: ASA, Rede de Agrobiodiversidade do semiárido mineiro, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. 2014.

DAYRELL, J. *O jovem como sujeito social*. Revista Brasileira de Educação. No 24. 2003.

GUZMÁN E. S. e MOLINA, M. G. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HAESBAERT, R. *Territórios Alternativos*. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

LEÃO E ANTUNES-ROCHA. *Juventudes no/do campo: questões para um debate*. In: LEÃO, G.; ANTUNES-ROCHA, M. I. [orgs.] *Juventudes do campo*. Caminhos da Educação do Campo. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2015.

SEEMANN, J. *Mapas, mapeamentos e a cartografia da realidade*. GEOGRAFARES, Vitória, no 4, jun. 2003.



WEISHEIMER, N. *Sobre a situação juvenil na agricultura familiar*. In: LEÃO, G.; ANTUNES-ROCHA, M. I. [orgs.] *Juventudes do campo. Caminhos da Educação do Campo*. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2015.